

CAMPUS

Nº 27

BRÁSILIA UnB DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO. JORNAL LABORATÓRIO DEZEMBRO/79



TIA NEIVA NÃO PODERÁ SER SUBSTITUÍDA

FGTS muda até 1980

A alta rotatividade de mão-de-obra nas empresas levou o Ministério do Trabalho a tomar uma decisão: mudar o FGTS. A transformação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma decisão tomada. A dúvida que ainda existe é quanto à data desta mudança:

Segundo o Ministério do Trabalho, esta data está ligada à repercussão da nova política salarial. Se a política salarial, em vigor desde 1º de novembro deste ano, incentivar ainda mais a rotatividade de mão-de-obra nas empresas, o FGTS muda o mais rápido possível. Se isto não acontecer, o Fundo de garantia muda assim mesmo. Só que, neste caso, muda junto com a CLT, isto é, até no máximo, final do primeiro semestre de 1980.

A forma que o FGTS terá depois da mudança também não está definida. Entre muitas proposições que circulam no Ministério do Trabalho, uma das mais viáveis é a de multar a empresa de acordo com o percentual de demissões que ela fizer, ou seja, a firma pagará uma multa, tanto maior, quanto maior for o número de empregados que demitir.

Figueiredo quer turismo externo sem taxas

Segundo o presidente da EMBRATUR, Miguel Colasuonno, «o desejo do presidente João Figueiredo é que não haja nenhum tipo de taxa ou imposto no lugar do depósito compulsório». Miguel Colasuonno disse ainda que, como presidente da Empresa Brasileira de Turismo, pretende «fazer tudo o que for possível para atender o desejo do Presidente».

Colasuonno informou que se estudam três medidas alternativas para substituir o depósito compulsório, que acabará em 1º de janeiro de 1980, e que até o final deste mês uma delas será escolhida e passará a vigorar a partir do próximo ano.

As alternativas são: uma taxa fixa independente do destino do passageiro, uma percentagem sobre a passagem para o exterior, ou simplesmente nada. A escolha de uma destas medidas caberá aos ministros da Indústria e do Comércio, da Fazenda e ao presidente Figueiredo. A maior preocupação da EMBRATUR com a queda do depósito é o turismo interno e de que maneira a Empresa passará a se manter.

FIGUEIREDO NÃO QUER TAXAS PARA TURISMO

"O desejo do presidente João Figueiredo é que não haja nenhum tipo de taxa ou imposto no lugar do depósito compulsório, e eu pretendo fazer tudo o que for possível para atender o desejo do presidente". A afirmação é do presidente da Empresa Brasileira de Turismo, Miguel Colasuonno.

Segundo o presidente da EMBRATUR, os ministros da Indústria e do Comércio e da Fazenda, com o presidente Figueiredo, deverão decidir até o final deste mês o que vai substituir o depósito compulsório para viagens ao exterior, que não existirá mais a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

Colasuonno informou que são três as alternativas mais viáveis para substituir o depósito compulsório: uma taxa fixa independente do destino do passageiro, uma percentagem sobre as passagens para o exterior, ou, como prefere o presidente Figueiredo, simplesmente nada.

A queda do depósito compulsório traz duas consequências que preocupam a EMBRATUR: a necessidade de incentivar o turismo interno evitando um êxodo muito grande de turistas para o exterior, e a urgência em descobrir uma forma de manter a EMBRATUR, que até agora era sustentada principalmente pelos recursos do depósito compulsório para viagens ao exterior.

Para Colasuonno «a queda do depósito é ótima para a população, especialmente a classe média, mas vai trazer problemas para a EMBRATUR. Teremos que descobrir uma outra maneira de manter a Empresa e formas de incentivar o turismo interno».

O estímulo ao turismo interno já começou. Foi lançado em Brasília, pelo ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, pelo presidente

da EMBRATUR e pelo Departamento de Turismo do DF, o Projeto Brasília.

Este projeto é um pacote turístico, como disse Colasuonno, que incentiva os brasileiros a visitar a capital. *Rumo à Capital* é um programa turístico para os fins de semana, onde já vem incluído no preço, a passagem aérea, traslados aeroporto/hotel/aeroporto, duas diárias de hotel, quatro refeições, e uma visita aos pontos turísticos de Brasília. Comprando este pacote turístico o consumidor terá um desconto de 30% nas passagens aéreas e de 50% na hospedagem. Este projeto já está funcionando em Brasília, e se der bons resultados será implantado em outras capitais.

Um programa de incentivo às estâncias hidrominerais brasileiras está sendo estudado e deverá ser colocado em prática pela EMBRATUR até o final deste mês. Este projeto deverá ser no mesmo estilo do *Rumo à Capital*, isto é, vai ser vendido um «produto» turístico com tudo incluído: passagens, hotel, refeições e passeios. Os programas Pró-estância terão uma duração maior que o *Rumo à Capital*. Ele começará a ser implantado em Minas Gerais, com a duração de uma semana cada programa. "O Brasil possui 64 estâncias hidrominerais, 60% delas localizadas em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que constitui um grande potencial turístico que deve ser melhor aproveitado».

Assim justificou Colasuonno a escolha do Pró-estância como um dos primeiros projetos de estímulo ao turismo interno a ser implantado no Brasil.

Para incentivar o turismo no sul do país a Empresa Brasileira de Turismo está desenvolvendo uma campanha de propaganda turística na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

TURISMO INTERNO: UM DESAFIO

Incentivar o turismo interno no Brasil, numa tentativa de diminuir o êxodo para o exterior, que deverá acontecer com a liberação do depósito compulsório, é um verdadeiro desafio para a EMBRATUR. Os programas turísticos que a Empresa está propondo são bons, mas insuficientes.

Num país com a extensão territorial do Brasil, que está atravessando uma crise inflacionária e energética como a atual, é de se esperar que o turismo interno esteja em crise.

Viajar de carro se tornou impossível, com o regime em que estão funcionando os postos de gasolina, a não ser para curtas distâncias.

Viajar de avião é um privilégio restrito a uma minoria que pode pagar o preço pedido pelas passagens aéreas.

A viagem de ônibus ainda é acessível, apesar de cansativa. Uma viagem a duas cidades turísticas, Rio — Fortaleza, por exemplo, de ônibus, pode ser considerada uma verdadeira maratona. E a idéia da EMBRATUR é incentivar cada vez mais as viagens de ônibus.

Segundo Miguel Colasuonno, «o problema do turismo interno no Brasil não está na hotelaria, como pode parecer, e sim, no acesso às regiões turísticas». Colasuonno acredita que «em termos de turismo o Nordeste brasileiro compete com Miami». Ou seja, o turista brasileiro para fazer uma boa viagem de turismo pelo nordeste gasta quase tanto quanto para ir a Miami, nos EUA.

O problema da dificuldade de acesso, às regiões de turis-

mo no Brasil, se agravou muito ultimamente com a crise do petróleo, uma vez que no Brasil se utiliza praticamente só o transporte rodoviário, pouca importância se dá ao sistema ferroviário e ao transporte fluvial, apesar de sua grande viabilidade, está quase esquecido.

COMO SE MANTERÁ A EMBRATUR

De que maneira a EMBRATUR vai se manter depois da queda do depósito compulsório é a maior preocupação de Miguel Colasuonno, presidente da Empresa.

Se o presidente Figueiredo escolher algum tipo de imposto para substituir o depósito, os recursos arrecadados com este imposto reverterão em benefício da EMBRATUR. Entretanto se ele decidir, como é mais provável que aconteça, que não haverá nenhum tipo de taxa no lugar do depósito compulsório, então a EMBRATUR terá que descobrir uma maneira de se sustentar.

O presidente da Empresa Brasileira de Turismo afirmou que duas hipóteses já estão sendo estudadas. A primeira é a criação de um selo de turismo

— um selo comum, para correspondências, cujos recursos conseguidos com a sua venda irão para a EMBRATUR. A segunda opção é institucionalizar o câmbio negro. Isto é, conceder ao turista que vai para o exterior um adicional de venda de dólares. Se esta medida for adotada, os brasileiros, quando viajarem para fora do país, terão direito de comprar, além dos mil dólares normais do Banco Central, uma quantidade adicional de dólares, desde que pagando uma taxa acima da oficial por eles. O que for adquirido com a venda deste dólar-turismo será usado pela EMBRATUR.

Leilane Neubarth Teixeira

FGTS vai mudar.

A data depende da nova política salarial

O FGTS vai mudar. A informação é do próprio Ministério do Trabalho, que vê essa mudança como uma necessidade. A data da mudança ainda não está definida, pois depende da repercussão da nova política salarial, em vigor desde o dia 1º de novembro deste ano.

Se, ao contrário do que deseja o ministério, a nova política salarial incentivar ainda mais a rotatividade de mão-de-obra nas empresas, o FGTS muda "imediatamente". — como disse um alto funcionário do Ministério do Trabalho. Isto é, se for constatado que a rotatividade aumentou — e o ministério está equipado para obter esse tipo de dados — o ministro Murilo Macedo apresentará na mesma hora a proposta de alteração do FGTS.

Caso se concretizem as expectativas do ministro e a política salarial não atuar como estímulo à rotatividade nas empresas, o FGTS muda assim mesmo. Só que neste caso, será alterado junto com a CLT. A reforma do FGTS, se feita junto com a CLT, deverá acontecer até, no máximo, fins do primeiro semestre de 1980.

A transformação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma decisão tomada. Há dúvida portanto, só a respeito da época em que ele vai mudar e da maneira que o governo encontrará para garantir

maior estabilidade social ao trabalhador brasileiro.

Documentos mostram que em 1977 foram feitos 5 milhões 350 mil saques nas contas de FGTS dos trabalhadores, correspondendo a casos de despedida sem justa causa.

No mesmo ano verificou-se um saque ainda maior, em 17 milhões 300 mil contas de FGTS, por motivo de extinção do contrato de trabalho. Esses dados deixam claro que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como vem sendo feito atualmente, não traz nenhuma garantia real para o empregado. Pois pagando uma multa de dez por cento sobre o valor da conta, a empresa pode despedir o empregado quando lhe convier, e contratar outro com salário inferior ao seu lugar.

A gravidade deste problema foi admitida há pouco tempo pelo ministro do trabalho Murilo Macedo, num discurso feito na Escola Superior de Guerra. Em seu pronunciamento o ministro diz que "parece ser inequivoco a necessidade de aprimoramento da legislação instituidora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, constatada a geração de clima de instabilidade social, pelo estímulo que propicia à rotatividade de mão-de-obra, com o que, em consequência, se distancia o trabalhador da expectativa de integração na vida e no desenvolvimento da empresa.

constitucionalmente assegurada (art. 166 da Constituição)". Murilo Macedo disse ainda que "urge obstaculizar a despedida sem justa causa, por exemplo, gravando-a com multas que elevem o custo da dispensa".

Existem no Ministério do Trabalho muitas propostas para alterar o Fundo de Garantia. Quem decidirá o qual delas será apresentada ao presidente João Figueiredo, para que este então submeta-a ao Legislativo, será o ministro Murilo Macedo. A alternativa mais simples que circula no ministério é a de aumentar para 30, 40 ou até 50 por cento a multa que a empresa paga ao despedir, sem justa causa, seus funcionários. Atualmente essa multa é de dez por cento sobre o valor da conta do FGTS do trabalhador.

Essa proposta apenas aumenta a percentagem da multa que o empregador paga sobre a conta do fundo de garantia. Outra proposta considerada muito viável para substituir o FGTS é um sistema de penalização da empresa de acordo com o percentual de despedidas sem justa causa que ela fizer. Neste sistema a firma pagará uma multa tanto maior quanto maior for o número de empregados que despedir sem justa causa.

Os recursos arrecadados com o novo sistema de multas sobre a

disposição dos trabalhadores na conta do FGTS. A maior desvantagem do regime de estabilidade para o trabalhador — era que algumas vezes o empregado era mandado embora depois de oito ou nove anos de trabalho para a firma não ter que assumir uma responsabilidade tão grande quando ele completasse dez anos de casa.

Em 1966 o Governo criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Um sistema que dá maior flexibilidade à empresa, pois ela, em vez de pagar uma grande quantia de uma só vez ao demitir o empregado, deposita mensalmente numa conta, especial o correspondente a oito por cento do salário deste funcionário. Ao despedir o funcionário, a empresa paga também uma multa de dez por cento sobre o valor do saldo da conta do FGTS daquele empregado.

Algumas distorções acontecem no sistema do FGTS como, por exemplo, quando o funcionário quer sair da firma onde trabalha e

entra em acordo com a direção para que esta o despeça fazendo com que ele tenha direito aos dez por cento da multa.

O dinheiro depositado pelo empregador na conta do FGTS pode ser retirado pelo empregado, mesmo sem ele ter sido demitido, mas apenas, em caso de casamento, morte ou aquisição de casa própria pelo, BNH.

Segundo o Ministério do Trabalho o FGTS foi criado como uma segunda opção para o trabalhador, para que ele pudesse escolher entre o Regime de estabilidade ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Para o senador emedebista Roberto Saturnino Braga foram duas as intenções do Governo ao criar o FGTS: "primeiro dar à empresa maior agilidade na gerência de administração de pessoal, isto é, dar maior flexibilidade para demissão e contratação de empregados, e segundo, proporcionar recursos para a construção e financiamento de casa própria para a população de baixa renda, através do BNH, que administra o Fundo."

O senador Roberto Saturnino Braga (MDB-RJ) acredita que o melhor a fazer não é acabar com o FGTS, mas corrigir suas falhas "evitando o excesso de rotatividade de mão-de-obra, e principalmente canalizando melhor os recursos arrecadados, fazendo com que eles realmente revertam em função do trabalhador, através da construção de casas para esta classe, que era em síntese a principal intenção do governo, no campo social, ao criar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço."

Esta segunda proposição do FGTS, utilizar os recursos do Fundo para a construção de casa própria para o trabalhador, não está sendo cumprida. Segundo Saturnino Braga o "BNH tem aplicado maior parte desses recursos na construção e financiamento de apartamentos destinados às classes médias e altas, que asseguram maior lucro, quando na verdade este dinheiro é do trabalhador e deveria ser utilizado, todo ele, na construção de casas para as classes de baixa renda".

A ideia de dar maior flexibilidade à empresa para contratação e demissão de empregados, entretanto, deu um resultado tão surpreendente que esta preocupando o Ministério do Trabalho. As empresas tomaram as redes da opção praticamente obrigando o empregado a escolher o FGTS. O FGTS é um esquema melhor para a empresa que o regime de estabilidade, mas o fato do Ministério do Trabalho estar se preocupando em modificá-lo mostra que ele não deve ser o melhor sistema para garantir estabilidade ao trabalhador.

COMO FOI E COMO É

Restrição na venda de remédios é criticada

Orientação adotada pela portaria nº 10/78 do Ministério da Saúde, que restringe a venda de medicamentos sem receita médica é correta, mas incompatível com a realidade brasileira, na opinião de profissionais da área de saúde. A falta de um laboratório central para controle de qualidade dos medicamentos, a veiculação de propagandas de remédios nos meios de comunicação (principalmente os audiovisuais), a existência de dezenas de drogas similares e a exclusão da cadeira de terapêutica com farmacologia dos cursos de medicina e odontologia foram itens apontados como merecedores de uma maior atenção por parte das autoridades governamentais.

A falta de um laboratório central eficiente para controle de qualidade dos medicamentos é o principal alvo de críticas por parte de médicos e farmacêuticos. Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, o número máximo de análises registradas por ano foi de 750 registradas em 1975. Por outro lado, o próprio ministério revela não ter condições de fornecer a quantidade de remédios encontrados no mercado. Além disto, já tornou rotina saber que um medicamento proibido no exterior tem livre circulação no Brasil.

OPINIÕES

"O Ministério da Saúde deveria publicar uma relação mensal ou semestral de todos os produtos encontrados na praça. Muitas vezes, o médico prescreve, mas o medicamento não mais existe. Além disto, deveria ser diminuído o número de medicamentos similares, pois o rico acaba pagando um remédio barato e o pobre o mais caro. Exemplificando: uma pessoa mais esclarecida pede uma novalgina e o ignorante pede um

remédio para dor. Então o balconista utiliza o que chamamos de "empurra terapêutica" e indica uma droga mais cara", afirma o farmacêutico Rogério Tokarski, proprietário da Farmacotécnica.

No seu entender, o grande número de medicamentos com as mesmas propriedades acaba por dificultar a aplicação da portaria, como pretende o Ministério da Saúde. "Se este número fosse reduzido, poderia haver um controle mais rígido por parte dos órgãos competentes na comercialização dos produtos", acrescentou.

Diante da impraticabilidade de se controlar a venda de remédios mediante a receita médica, enumerados em sua resolução, o Ministério da Saúde acabou por baixar outra portaria, alterando anterior. Desde 1º de outubro passado, uma nova e mais ampla lista de medicamentos passou a ser comercializadas sem a necessidade do parecer médico. Isto, segundo profissionais ligados à área de saúde, em nada resolve a situação, pois a nova medida tem um efeito contrário: o problema não foi solucionado e uma gama maior de drogas passou a ser vendida sem um mínimo de controle.

A propaganda de remédios é outro aspecto considerado negativo dentro do quadro, pois, segundo os especialistas, induz à automedicação, e, na maioria das vezes, as vantagens divulgadas são falsas. Basta citar um exemplo já clássico: Vitasay que, de acordo com o farmacologista Andrejus O Korolkoyas da Universidade de São Paulo, necessita de seis horas para sua decomposição e absorção pelo organismo, tempo em que já está sendo eliminado no bolo fecal. Além disto, segundo alguns balconistas de diversas drogarias brasileiras, é comum garotos solicitarem aos pais que comprem a "vitamina

do Pelé, "a vitamina do Emerson".

SINDICATO

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Carlos Saraiva e Saraiva, a implantação do controle da venda de medicamento no Brasil é muito difícil. "Primeiro, porque diversas regiões do país não possuem médicos e nem farmacêuticos, e segundo, porque a livre compra de medicamentos já é um costume arraigado e a sua abolição dependeria de um trabalho de base junto à população muito bem elaborado, o que não está sendo realizado. Depois, o governo não tem condição de exigir isto e permite propagandas de remédios na imprensa. Teoricamente, a medida do Ministério da Saúde é perfeita, mas a realidade é outra".

Segundo Saraiva e Saraiva, a quantidade excessiva de remédios encontrados no mercado está provocando "uma poluição medicamentosa". Um mesmo laboratório possui "n" tipos de analgésicos. "Estes fatos tiveram origem após a Segunda Guerra Mundial, quando a padronização em série de medicamentos ganhou campo, "facilitando" o trabalho do médico. Além disto, nós, médicos, fomos forçados a nos tornar assalariados e passamos a ter necessidade de atender um número cada vez maior de pacientes, o que, indiretamente, acabou por estimular a expansão da indústria farmacêutica".

O dirigente sindical apontou, ainda, como agravante do quadro, a falta de qualquer orientação sobre o modo de utilizar remédios. "A população de um modo geral consome todo produto colocado no mercado, desconhecendo que, até mesmo, um simples melioral pode provocar úlcera".

As últimas reformas do ensino não incluem mais no curso de medicina ou odontologia a cadeira de terapêutica com farmacologia em si, o que do ponto de vista de Carlos Saraiva e Saraiva, é uma falha gritante. "O médico sai da universidade sem ter um conhecimento profundo da composição do medicamento, além de já ter recebido um verdadeiro bombardeio dos propagandistas de remédios. O médico hoje em dia não tem condição de examinar minuciosamente cada paciente. O fato de cada pessoa ter um sintoma, uma idade, um peso diferente, merecendo por isto um medicamento específico e não generalizado, não tem mais lugar no país".

CÂMBIO NEGRO

A falta de um eficiente serviço de fiscalização poderá causar, no entender dos profissionais da área de saúde, o câmbio negro de remédios. Nas grandes cidades, as Secretarias de Saúde, no caso as divisões de fiscalização sanitárias, terão condições de estruturar um bom grupo de fiscais, mas nas pequenas cidades isto será praticamente impossível, pois demanda pessoal especializado e dinheiro. Estes fatos podem levar a uma especulação: o remédio vendido somente com a apresentação de receita médica nas grandes cidades poderá ser facilmente comprado nas pequenas cidades, e a partir disto será iniciado um tráfico clandestino de medicamentos e consequentemente provocará o surgimento do câmbio negro. Além disto, o Ministério da Saúde não tem o nome comercial de todos os medicamentos controlados. Foi a Secretaria de Saúde do Distrito Federal que ofereceu subsídios para iniciar a listagem, até hoje não completamente divulgada.

MARCUS DE LAMONICA

UnB pode formar, novo dentista

falta só aprovação de projeto

A criação de uma Faculdade de Odontologia em Brasília pode iniciar a formação de um novo tipo de profissional, voltado para um atendimento mais generalizado da população. E a UnB pode ter uma facilidade deste tipo, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Odontologia, Brasileiro. José Ribamar de Azevedo, por causa de seu objetivo de formar um pequeno grupo de profissionais e não uma grande quantidade como nas faculdades particulares.

Na verdade, essa ideia não é nova, já foram feitos vários projetos para a criação de uma faculdade de Odontologia na UnB, sendo o último de 77, quando um grupo de trabalho fez um criterioso estudo sobre o problema. Fizera parte desse grupo de trabalho profissionais de Brasília, o professor Volnei Garrêa, coordenador do grupo e representante da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, e membros da Organização Pan-americana de Saúde.

O projeto desenvolvido pelo grupo é eminentemente social e prevê a formação de um profissional habilitado para o tratamento preventivo das doenças bucais não só no Plano Piloto, mas também nas cidades-satélites, onde os alunos atenderiam primeiramente as crianças em fase escolar, e depois seus familiares. Para a preparação de um profissional deste tipo foi prevista uma formação acadêmica diferente dos padrões comumente adotados, partindo de uma pergunta básica: o que se pretende com a formação de um profissional de Odontologia? O atendimento da comunidade. A partir daí foram identificados cinco problemas, aos quais os alunos devem ser capazes de responder no fim do curso.

Deste modo, não haveria disciplinas como nos cursos tradicionais, mas um estudo encadeado para a solução dos seguintes tópicos: cárie dental, doenças da gengiva, problemas de oclusão (prótese, ortodontia), problemas de tumores e outras doenças, e trabalho odontológico, ou seja, a realização de todas as atividades de uma forma pragmática.

Outra novidade prevista é a inexistência de um prédio específico para o curso, que funcionaria na área de Medicina Especializada, na Faculdade de Ciências da Saúde. Também não haveria necessidade de um grande número de professores de outras cidades, segundo o professor

Volnei Garrêa, que garantiu que somente seis profissionais de fora seriam utilizados, sendo os demais, cerca de quinze, profissionais de Brasília.

Os custos, disse ele, também não seriam elevados, porque o projeto não inclui, por exemplo, hospitais-escola, pois acredita-se que a função do profissional é ir à comunidade, e não fazer com que a comunidade chegue até ele. Além disso, poderiam ser feitos convênios com a Fundação Cultural para a utilização dos equipamentos de baixo custo que ela usa.

Contudo, essa informação foi contestada pelo Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Brasileiro. José Ribamar de Azevedo, que informou ter sido feito um convênio entre a UnB e o Ministério da Previdência e Assistência Social para fazer do Hospital Presidente Médici um hospital-escola não só para a área odontológica, como também, para as demais áreas de Medicina. Lembrou também que iniciativas como esta são muito importantes para a população, porque o preço que terá de pagar por um trabalho feito por um aluno será muito menor do que o exigido por um profissional.

MERCADO SATURADO

A criação de uma faculdade de odontologia em Brasília, na opinião do Presidente da ABO de Brasília, só tem validade se for para a formação de um "profissional diferente", que atenda as necessidades da população como um todo; do contrário, não há mais necessidade de criação de faculdades, considerando-se que o Brasil já está na frente dos Estados Unidos neste sentido.

Há também o problema da saturação do mercado para o cirurgião-dentista que não tenha uma qualificação mais social. Em Brasília, esta situação é mais evidente, porque, segundo dados do professor Volnei Garrêa, existem mais de mil dentistas na cidade. Além disso, 90% desses profissionais estão concentrados no Plano Piloto, onde vivem 300 mil pessoas. Assim, a relação dentista/habitante chega a ser superior à preconizada pela Organização Mundial de Saúde para 1980. José Ribamar de Azevedo ressaltou ainda que não existe mais a ilusão de que Brasília seja um grande mercado para a Odontologia. Para ele, a situação de outros anos não

ocorre mais, tendo muita gente "que vem e volta".

Brasília, entretanto, não é a única cidade afetada. O mercado para um cirurgião-dentista no Brasil atualmente, continua José Ribamar de Azevedo, está restrito aos 5% da população que têm condições de pagar por um tratamento dentário, que é caro, por que 70% do material utilizado é importado. Deste modo, a Odontologia no Brasil está aparelhada com o que há de mais sofisticado em termos de tecnologia, mas é uma atividade elitista, em que os profissionais são cada vez mais especializados. Hoje em dia quem faz uma obstrução não faz tratamento de canal, por exemplo.

Apesar do esgotamento das possibilidades de ampliação do mercado odontológico em Brasília, como no resto do país, não significa, entretanto, que a população esteja sendo bem atendida. Aliás, as propostas do simpósio promovido pela ABO de Brasília no dia do cirurgião-dentista, com a presença do ministro Jair Soares, mostram que ainda há muito por fazer no setor.

Para os participantes do simpósio, os 55.000 dentistas que estão formados no Brasil em 80 serão insuficientes para o atendimento da população. Ao lado de medidas preventivas, como a fluorização da água e o atendimento às crianças em idade escolar, destacou-se a necessidade de treinamento de pessoal auxiliar, bem como de utilização de equipamentos e insumos mais simplificados.

HIGIENISTA DENTAL

Os participantes do simpósio sobre as perspectivas da assistência odontológica no Brasil acreditam que o MEC deve ser o responsável pela reorientação da formação de recursos humanos com uma ênfase especial à etapa profissionalizante. Entretanto, o professor Volnei Garrêa disse que o projeto elaborado em 77 prevê a formação profissionalizante na UnB. Segundo ele, poderiam ser feitos, por exemplo, convênios com os Supletivos, profissionalizantes para aproveitar esses alunos como higienistas dentais.

O método que seria utilizado ainda não está definido, mas o professor Garrêa afirmou que os alunos poderiam ter as aulas teóricas nas suas escolas e as aulas práticas na UnB.

O professor Volnei Garrêa lembrou ainda que a denominação "higienista dental" é uma generalização dos recursos humanos auxiliares que depende ainda de aprovação legal. Mas frisou que a experiência de aproveitamento de alunos de cursos profissionalizantes para a formação de auxiliares de odontologia já está sendo feita pela Universidade Católica de Minas Gerais há um ano e meio.

O higienista dental, continuou ele, evita que um profissional "carioso" como é o dentista porca tempo com trabalhos meramente técnicos, como é o caso da limpeza de tártaro, e pode orientar as classes mais baixas nos cuidados higiénicos elementares.

Como acentuou o Presidente da ABO de Brasília, já está provado que depois de um certo tempo, esse pessoal treinado para fazer pequenos serviços acaba se tornando mais capacitado ao exercício dessas atividades que o próprio cirurgião-dentista. Lembrou ainda que o técnico em Odontologia evita a proliferação dos práticos.

LONGA ESPERA

Uma área de 1200 metros está reservada para a Faculdade de Odontologia no prédio novo da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, segundo informou o professor Volnei Garrêa. Mas até agora a reitoria da universidade não expediu nenhum comunicado oficial sobre a aprovação do projeto feito em 77, que seguiu todos os trâmites exigidos pela Assessoria de Planejamento e Controle da UnB, tendo inclusive recebido a aprovação do Conselho Federal de Educação, como advertiu José Ribamar de Azevedo.

Para ele, a aprovação do projeto pelo CFE pode ser considerada uma vantagem da UnB sobre outras universidades, como o CEFUB, que vem tentando a aprovação de projeto semelhante sem sucesso, porque o conselho não está mais liberando a abertura de novos cursos no setor, por considerar o mercado saturado.

Enquanto ainda depende de aprovação para ser implantado na UnB, o projeto já foi implantado em alguns países da América Central sob alguns aspectos, como o do ensino integrado, comentou o professor Volnei Garrêa.

Tereza Cristina Pimenta

Ninguém poderá s

É o que diz Mário Sassi, no Vale



Se Tia Neiva falecer nenhuma pessoa poderá substituí-la porque tudo e todos, no Vale do Amanhecer, dependem dela e o próprio trabalho é realizado sob sua orientação, afirma Mário Sassi, segunda pessoa da organização. Admite ele também que talvez a entidade possa acabar com a morte de Tia Neiva, que no momento sofre de grave enfisema pulmonar. O que há de mais aproximado para uma possível sucessão é o Trino, Comando Supremo do Vale, composto de três médiuns, que está diretamente subordinado a ela, conforme a hierarquia da instituição diz ele.

Tia Neiva, 54 anos, fundadora da organização do Vale do Amanhecer não concorda com a afirmativa de que nenhuma pessoa poderá substituí-la. Na sua opinião qualquer médium poderá dar continuidade aos trabalhos lá desenvolvidos. Basta ter amor no coração, salienta ela.

Segundo Mário Sassi, a organização, fundada em 1959, é baseada nas comunicações extra-sensoriais entre Tia Neiva e os espíritos superiores. A entidade é juridicamente constituída e compõe-se de 30 mil médiuns que atendem 70 mil pessoas por mês. Há ainda filiais da organização em Unai, Formosa, Olinda, Pirapora, Manaus, e Alvorada, todas funcionando sob orientação da dirigente.

Mário Sassi afirma que o fenômeno ocorrido com Tia Neiva é único no mundo. Segundo ele, Tia Neiva, é dotada de clarividência que lhe permite conversar com os espíritos, em outras dimensões, e com os humanos ao mesmo tempo. "Pode ver o passado, o presente, o futuro das pessoas".

Comenta ele que este fenômeno se explica devido à inexistência do tempo, constatado cientificamente por Einstein. Em vista disso, explica Sassi, Tia Neiva pode penetrar na relatividade do tempo e entrar em outras dimensões e consequentemente penetrar na raiz dos acontecimentos; assim ela pode prever o futuro, porque ele existe. Passado, presente e futuro coexistem numa única coisa, diz ele.

"A filosofia básica que rege os trabalhos desenvolvidos consiste em trazer ao homem o século XX uma nova visão de si mesmo e a criação de novos métodos de trabalho com base no evangelho de Cristo e tendo como finalidade socorrer pessoas angustiadas", argumenta Mário Sassi.

O princípio fundamental da organização, conforme Mário Sassi, é que cada um viva do seu próprio trabalho e não aceite ajuda financeira de pessoas que não sejam do grupo. Alguns médiuns contribuem com uma mensalidade, mas não tem ideia do valor arrecadado, mensalmente; tesouraria é fictícia, portanto não há sequer um contabilidade ou administração do dinheiro, enfatiza Mário Sassi.

Frisou ainda que o Padre César, antropólogo morou dois anos no Vale, fazendo um estudo sobre a entidade e não conseguiu entender o processo econômico: findou registrando que lá não há eploração e que ninguém está preocupado com dinheiro.

Comenta Mário Sassi, que as construções foram feitas lentamente, sem planejamento e orçamento. Tia Neiva explicou que teve uma visão do templo pronto, traçou-o com uma vara no chão e seu filho, com uma enxada, iniciou as obras ajudado pela comunidade local.

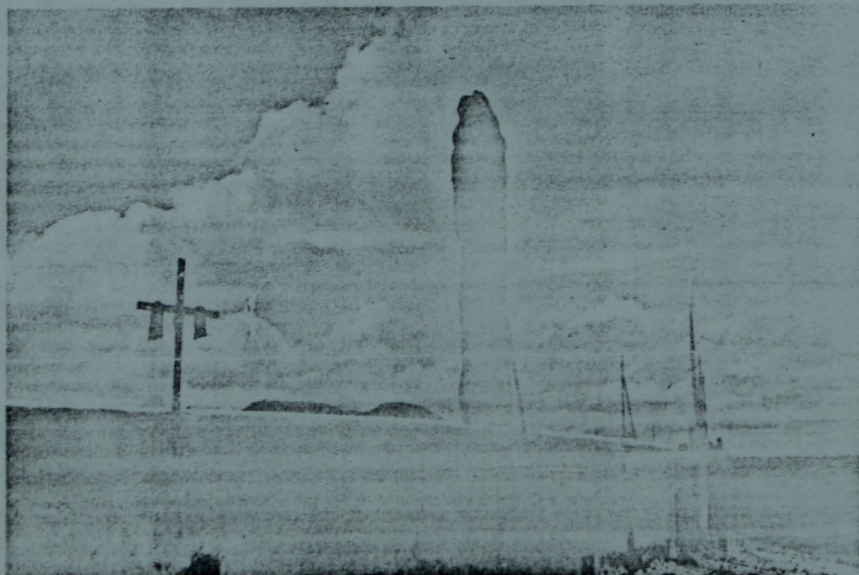
Da mesma forma, de acordo com Tia Neiva construção do lago, que é margeado de símbolos da natureza como, sol, lua, estrelas e retratos: espíritos luminosos foram feitos sob orientação espiritual. Os retratos foram pintados em peças de madeira por Vilela, pintor que reside no Vale.

Conforme Tia Neiva a indumentária que caracteriza os médiuns é usada justamente para causar o impacto de uma nova religião, de uma doutrina. Enfatiza ainda que o uso do uniforme empolga os médiuns e que faz questão de que sejam estereotipados. As cores predominantes são o marrom e o preto, que segundo ela significam marrom, homenagem ao São Francisco de Assis ao preto, ciências ocultas.

"O terreno do Vale foi cedido através de empréstimo pelo GDF. Eu, Tia Neiva e seus filhos somos os administradores do Vale", afirma Mário Sassi. Os habitantes aproximam-se de milhares, de todas as classes sociais, vários padrões de vivência e diversas profissões liberais; muitos deles moram lá e trabalham no plano piloto. Grande número de pessoas sobrevivem lá mesmo comércio local, marcenaria, confecção de sapatos, livreria, restaurante, salão de beleza, costura e outros.

A comunidade quase alcança sua auto-suficiência, embora consuma grande número de produtos vindos de fora, afirma Mário Sassi. Isso é observado nos produtos alimentícios do restaurante, que são quase todos industrializados. Nos locais que são quase todos industrializados. Nos locais que são quase todos industrializados. Nos locais que são quase todos industrializados. Nos locais que são quase todos industrializados.

O orfanato, chamado de Casa Grande separa Mário Sassi, abriga cerca de 250 pessoas, e crianças abandonadas, adolescente e até as que lá residem dada a dificuldade de viverem em outro local. De acordo com Mário Sassi, a finalidade da instituição é dar assistência espiritual.



Substituir Tia Neiva e do Amanhecer

mas acaba-se entrando no terreno da assistência social numa tentativa de solucionar os problemas dos menores abandonados, frisa Mário Sassi.

Acrescenta ainda que a comunidade vive num regime de liberdade total. "O que se exige dos médiuns são alguns hábitos doutrinários, como por exemplo, a restrição ao álcool para participar dos trabalhos". Fora disso, a organização não interfere na vida moral dos seus participantes e nem determina o padrão de comportamento que devam ter", argumenta ele.

É em nome desta liberdade que rejeitamos qualquer ajuda governamental, salienta Mário Sassi. Do contrário, explica, teríamos de nos enquadrar em normas. As crianças, diz ele, são totalmente livres; aqui não são obrigadas a nada, nem ao trabalho, mesmo quando crescidas. Temos horror a tudo, que possa cercar nossa liberdade, argumenta ele.

Nós que integramos esta comunidade, afirma Mário Sassi, procuramos ter uma vida bastante normal. As crianças têm escolas. Usuímos dos meios de comunicação que a sociedade lá fora nos oferece, temos TV em cores, telefone, carros. "Só nos falta construir nossa Casa Grande, até hoje moramos neste barraco de tábuas, mas tudo se torna difícil porque assumimos as despesas do orfanato e outras", salienta ele. "Além disso temos uma vida intensa. Agora os trabalhos espirituais que são muito absorventes programamos bailes, festas e comemorações diversas".

QUEM SÃO

"Cresci angustiado, me casei, tive filhos, mudei várias vezes de profissão e nada me satisfazia internamente. Assim vivi muitos anos.", afirma Mário Sassi.

Mário Sassi, é paulista, sociólogo, trabalhou nas áreas de relações públicas e no comércio, durante longo período. Em 1965, conheceu Tia Neiva e diz que "encontrou o que satisfazia sua busca e suas exigências em termos espirituais".

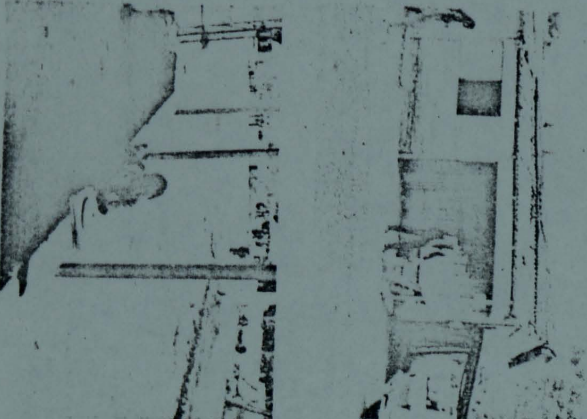
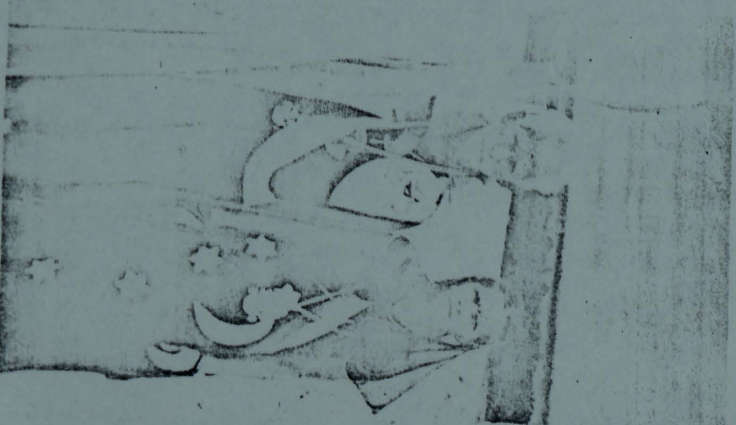
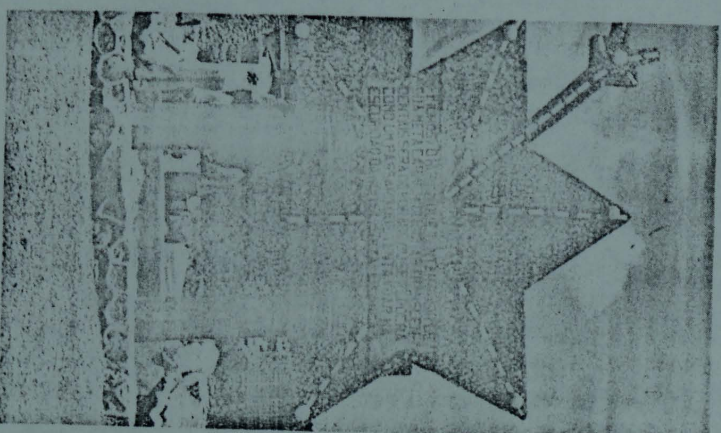
Ele é autor de três livros, "2000. A Conjunção de Dois Planos", "Sob os Olhos da Clarividência" e "Do Limiar do IIIº Milênio". Segundo o autor, as obras consistem numa interpretação das mensagens recebidas por Tia Neiva.

TIA NEIVA

"O meu método é a obediência a uma ordem do mundo ético, cada dia me aprofundo mais, baseada nos conhecimentos que recebi para formar esta corrente", afirma Tia Neiva.

Tia Neiva é sergipana, criada em Ilhéus - Bahia. Aos 22 anos enviuvou e tornou-se motorista profissional de caminhão. "Viajou pelo Brasil com seus quatro filhos, morando em diferentes lugares conforme as circunstâncias do sistema comercial de transportes", enfatiza Mário Sassi.

Em 1959, em Brasília, surgiu espontaneamente o primeiro fenômeno de sua clarividência, induzido por um médium de qualquer busca religiosa, informa Mário Sassi. Seu trabalho espiritual iniciou-se efetivamente na Serra do Ouro Coitos, em 1963. Depois transferiu-se para Taguatinga e hoje desenvolve-se no Vale do Amanhecer. (Texto e Fotos: Valda Maria de Queiroz).



OAB rejeita os locais de comício de Brasília

É inconstitucional a portaria que determina o estacionamento do Ginásio de Esportes e a Praça das Fontes, no Parque Recreativo Rogério Pithon Farias, para a realização de comícios em Brasília este ano. Essa opinião é do Vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, Amauri Serralvo, mas contestada pelo assessor de Comunicação Social do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Paulo D'Almeida, para o qual ela está conforme à lei.

Amauri Serralvo disse que, embora "sem uma análise mais profunda", a portaria nº 386, baixada em 30 de agosto pelo Secretário de Segurança Pública, não tem fundamentação legal, porque a Constituição diz que "todos podem se reunir sem porte de arma em qualquer lugar, intervindo a autoridade policial só para manter a ordem". E acrescentou: "O que a Constituição não limita a lei não pode limitar".

Entretanto, Paulo D'Almeida, assessor do Secretário de Segurança do DF, garantiu que a portaria foi baixada, conforme princípio legal, com a finalidade principal de manter a ordem e a tranquilidade públicas. Explicou também que esses locais foram escolhidos, "porque seriam de fácil acesso e não incomodariam a circulação pública. Se fosse no setor comercial, poderiam acontecer crimes e coisas com pessoas que não tinham nada a ver". Informou ainda que entre o Ginásio e a Praça das Fontes "o pessoal prefere o Ginásio" pela facilidade de acesso, inclusive para os que vêm de ônibus.

No entender do estudante de arquitetura da UnB, Sérgio Galeão,

não existem locais adequados para comícios em Brasília, porque não existem locais onde as pessoas estejam reunidas habitualmente. Segundo ele, três locais já foram "testados" pela população: a Praça 21 de abril, em frente à Escola Parque, o Setor Comercial Sul e a rampa do Congresso.

O local mais adequado, disse Sérgio Galeão, é o Setor Comercial Sul, porque nele é grande a concentração de pessoas. Ressaltou, entretanto, que "os tipos de espaços abertos que construíram ali são divididos por jardins e por níveis, e isso atrapalha incrivelmente".

VAI FUNCIONAR?

Ivaneck Perez Alves, vice-presidente Regional Centro-Oeste da UNE e membro do DCE da UnB, acredita que a portaria não visa garantir a segurança, mas espaços praticamente ocultos, e pode, inclusive, facilitar a repressão. Chega a ser engraçada. É a mesma coisa que reunir mil pessoas fora da cidade".

Para ele, esta portaria "não tem o mínimo sentido", porque existem locais em Brasília nos quais as concentrações que nunca vão ser proibidas. Citou como exemplo o Congresso, onde sempre acontecem manifestações "que passam por cima dessa portaria", como a jornada contra o ensino pago e o Movimento de Defesa da Amazônia. Segundo ele, se alguém tem problemas de salário, vai onde está o Ministro do Trabalho, e não ao Parque Rogério Pithon: se alguém não está satisfeito com as condições de ensino, vai onde está o ministro da Educação.

"Seria lindo que tivéssemos em Brasília um Largo de São Francisco,

com uma tribuna livre, como tem em São Paulo — acentuou o vice-presidente da OAB, seção DF, Amauri Serralvo — mas isso nasce da repetição do uso. E se o povo não gosta de ir ao Ginásio ou à Praça das Fontes? E se é longe?"

Esta portaria, conforme informou o vice-presidente da OAB, tende a ser descumprida porque de acordo com o artigo 153, parágrafo 27, da Emenda Constitucional nº 1, citado na portaria, o direito de reunião é assegurado a todos desde que não haja porte de arma. Lembrou ainda que o parágrafo 27 do referido artigo não exige comunicação por escrito ao Secretário de Segurança Pública, com pelo menos 24 horas de antecedência, para a realização de todo tipo de reunião, como faz a portaria. "Se o Secretário estende isso a todos, está limitando."

Amauri Serralvo destacou também que a portaria vai contra o que é de costume. Segundo ele, seria a mesma coisa que baixar uma portaria que obrigasse as pessoas a andarem despidas. "São leis de exigência absurda. É o problema da interpretação da lei: ela é inócua, ela prescreve coisas que não podem ser cumpridas".

As cidades-satélites ficaram fora dos locais previstas pela portaria nº 386; segundo o assessor de comunicação Social, Paulo D'Almeida, porque "precisa-se ter um local em que as concentrações não impeçam o trabalho das outras pessoas. Mas garantiu que se aparecer algum outro local que permita a garantia da ordem e da tranquilidade públicas, a Secretaria de Segurança Pública poderá estudar o caso".

Já o vice-presidente Regional da UNE, Ivaneck Alves, disse que as cidades-satélites não foram cogitadas, porque naquelas cidades há uma maior possibilidade de "atos públicos de respaldo" às manifestações populares que surjam, pelo fato de serem "trabalhadores apoiando os próprios trabalhadores".

Ivaneck acrescentou que as manifestações nas cidades-satélites não são da classe média, principalmente de estudantes e professores, como ocorre no Plano Piloto. Para ele, as manifestações da classe média são importantes, "mas elas sozinhas não têm condições de mudar o regime. Deveria haver a união da classe média com a classe operária". O vice-presidente da UNE acredita ainda que os locais públicos de comício nunca vão ser nas cidades-satélites e que serão sempre em locais parecidos com os atuais.

"Já que a intenção é delimitar locais para manifestação, que seja criados nas cidades-satélites", afirmou o vice-presidente da OAB, seção DF, e explicou: "Com o tamanho de Brasília, como é que nós vamos fazer para que as pessoas da Ceilândia venham para a Praça das Fontes."

As organizações de classe de Brasília seriam mais atuantes se houvesse indústria. Esta opinião é do aluno de arquitetura da UnB, Sérgio Galeão, quando disse que a falta de indústria na cidade faz com que «o único setor de operariado que tem aqui seja o da Construção Civil, com suas características próprias de mudanças de locais de trabalho». Esses trabalhadores, além disso, são lançados o mais longe possível uns dos outros, no Plano Piloto».

Todo mês mil morrem na câmara de gás

Já são 30 mil os cães vadios que perambulam pelas ruas do Distrito Federal, concentrados principalmente na Ceilândia, Taguatinga e no Gama. Em média 1.500 cães são apreendidos por mês pelas carrocinhas do Canil da Raiva e destes, poucos escapam com vida, pois cerca de 1.200 são exterminados na câmara de gás, um cubículo onde os cães são amontoados para receber uma descarga de monóxido de carbono despreendido pelo escapamento de um automóvel — uma morte considerada indolor pelos funcionários do Canil, pois o monóxido ataca o sistema nervoso dos animais adormecendo-os antes da morte.

Segundo o Dr. Godoy, veterinário chefe do Canil, não há interesse em eliminar os cães, mas, como muitos donos não dão condições de vida a seus animais, não há outra solução senão o extermínio. Os cães aprisionados passam 72 horas a espera de seus donos antes de serem mortos. A Comissão Nacional de Profilaxia da Raiva recomenda um prazo de apenas 48 horas, mas devido à distância entre o canil e as cidades-satélites — onde são pegos a maioria dos cães — este prazo foi dilatado.

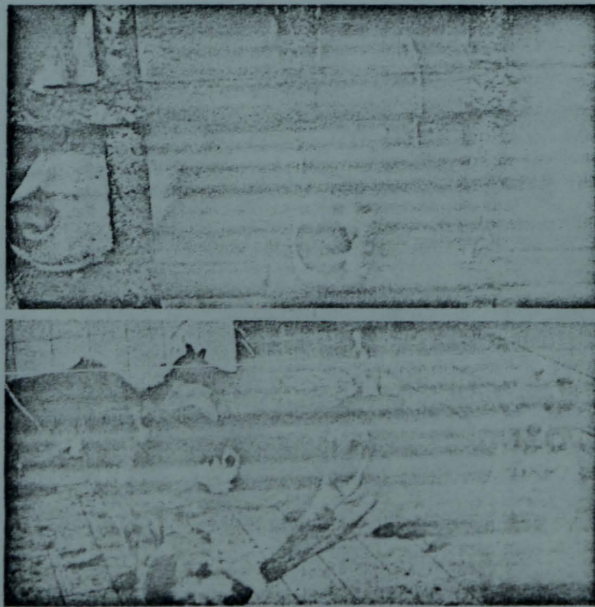
O Canil da Raiva, como é conhecida a Divisão de Controle de Zoonoses (doenças transmitidas pelos animais) divide-se nos seguintes ór-

gãos: seção de profilaxia da raiva e seção de controle de roedores; em novembro outra seção será inaugurada pelo governador do DF, a seção de controle de vetores biológicos. Além disto há duas inspetorias, postos de controle de zoonoses uma no Gama e outra em Taguatinga. Em todos os postos os cães são vacinados gratuitamente contra a raiva.

O Canil conta com cerca de 50 funcionários, entre veterinários, biólogos, bioquímicos, laçadores e motoristas. Quatro carrocinhas (Kombis adaptadas com cabine dupla) todas as manhãs percorrem o Plano Piloto e cidades-satélites na captura de cães vadios. Como a carrocinha não é bem recebida pela população, está sempre acompanhada por um soldado da polícia militar.

Brasília tem um índice elevado de focos de raiva, o que é atribuído a sua condição de centro geoeconômico, com grande fluxo de imigração. Do início do ano até agosto foram registrados 24 focos de raiva no DF e adjacências. A Unidade de Profilaxia da Raiva realizou nos meses de junho e julho uma campanha de vacinação maciça, atingindo 97 mil cães — um número bastante expressivo sabendo-se que o Distrito Federal tem aproximadamente 130 mil cães.

Roland Stille



ASSOCIAÇÕES DESENTENDÃO DIREITOS DOS CONSUMIDORES

Incentivar a formação de associações para assegurar a participação mais ativa dos consumidores na defesa de seus interesses e apoiar a Lei Herbert Levy é o que propõem dois anteprojeto que estão sendo elaborados no Ministério da Fazenda, segundo o Sr. Cid Hercílio de Queiroz, Procurador-Geral da Fazenda.

Na opinião do Deputado Gerson Camata (Arena-ES) os anteprojeto serão aprovados tranquilamente na Câmara dos Deputados porque terão o apoio da Arena, que representa a maioria. Entretanto, acrescenta ele, o Ministério da Fazenda está trabalhando em cima do que já existe, pois há centenas de projetos do mesmo estilo, na Câmara.

"A verdade é que se esperava que o Executivo tomasse medidas mais eficazes com relação aos problemas dos consumidores, como a unificação de órgãos como a SUNAB, INPM, Instituto Nacional de Pesos e Medidas, CIP - Conselho Interministerial de Preços e outros, que não funcionam", afirma o parlamentar.

O anteprojeto que estabelece a formação das associações determina que elas poderão ser constituídas por pessoas brasileiras ou estrangeiras residentes no país, com exceção de comerciantes, industriais e funcionários públicos.

Acrecenta ainda que as associações poderão contribuir muito para oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação que trata da defesa do consumidor. Poderão também orientar o consumidor quanto aos melhores métodos de consumo e fiscalização do padrão de qualidade e segurança dos produtos.

As associações terão participação no produto da multa recolhida decorrente da denúncia feita sobre a legislação que protege o consumidor. Segundo o Procurador, qualquer pessoa pode denunciar fraudes, mas por desinformação ou temor o brasileiro nunca denuncia. «Ao que parece sente grande antipatia pela acusação e através da associação o indivíduo será representado individual ou coletivamente».

De acordo com o Procurador Geral da Fazenda, estão sendo feitos

estudos em torno da Lei Herbert Levy, que vem apresentando falhas no seu cumprimento por parte dos comerciantes; o limite estabelecido pelo poder executivo para os acréscimos de venda a prazo em relação aos preços de venda à vista não estão respeitados.

Outra inovação do anteprojeto, enfatiza o procurador, é o seguinte: mesmo que o consumidor seja levado a assinar algum documento que o obrigue a pagar ao estabelecimento comercial, na venda a prazo, um acréscimo ao preço de venda à vista superior ao estabelecido pelo CIP, ele não é obrigado a pagar o excedente. Se a loja pretender acionar o cliente em juízo, sujeitar-se-á às penalidades previstas no Código Civil, e ainda pagará em dobro o que queria cobrar ao freguês.

DEPUTADO ACUSA O CONGRESSO

O Congresso Nacional está contra o consumidor brasileiro, quer fazer reforma política, quer fazer tudo, menos debater problemas de interesse popular, afirma o Deputado Gerson Camata, acrescentando que em 1976 foram iniciados estudos na CPI do Consumidor na Câmara dos Deputados, e os projetos lá originados raramente são aprovados, porque o Congresso é um poder aberto e sujeito a pressões. A Lei Herbert Levy demorou 12 anos para ser aprovada, diz o Parlamentar.

"O objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito foi despertar o espírito crítico dos deputados em relação aos problemas que atingem os consumidores brasileiros. Não existe um código do consumidor. Se ele fosse jurista, não saberia encontrar as leis que o protegem. Quando o cliente é vítima de fraudes não sabe a quem recorrer e, também, denuncia individual não adianta nada", afirma o Parlamentar.

Estão sendo discutidos na Câmara quatro projetos a respeito do problema, o da economia popular, o projeto que cria o monopólio estatal da importação de insumos farmacêuticos, outro que obriga a declaração dos componentes e aditivos químicos nos medicamentos e alimentos industrializados e finalmente o projeto que institui normas sobre

comercialização de produtos farmacêuticos e distribuição de amostra grátis.

Os estudos realizados na CPI voltaram-se para o campo dos medicamentos e alimentos industrializados dado o grande número de denúncias e fraudes no setor. O projeto que determina a proibição da circulação no Brasil dos medicamentos proibidos no país de ordem de sua fórmula, foi aprovado na Câmara dos Deputados. O IDDT, por exemplo, foi proibido nos Estados Unidos há muitos anos, por ser elemento altamente cancerígeno e ainda por provocar perda de raciocínio. Entretanto esse medicamento é, ilicitamente usado pelos brasileiros contra insetos, enfatiza o deputado.

Argumenta o parlamentar que a maioria dos projetos elaborados sobre medicamentos farmacêuticos não têm o mínimo apoio do Congresso nem dos ministros da Saúde, que em geral sucumbem às pressões dos laboratórios multinacionais. A lei de Vigilância Sanitária, de 1976, que coíbe os abusos da indústria farmacêutica teve a vigência de seu decreto de regulamentação adiado duas vezes pelo Ministro Almeida Machado e uma vez pelo Ministro Castro Lima. Alegam eles que adiam a vigência do decreto pelo fato da população ter dificuldade de acesso ao médico e que o controle deve ser feito lentamente. «Mas há quatro anos que a lei foi aprovada, desabala o deputado, o que mostra que realmente não há interesse em cumprir a lei, pois o Brasil é o quinto mercado de medicamentos e muito cobyado pelos multinacionais».

Na opinião do Parlamentar o setor de medicamentos conquistou um pequeno espaço, além do projeto recentemente aprovado. «Conseguimos a introdução da faixa vermelha nos remédios, que poderiam ser vendidos apenas com receita médica» diz.

No entanto, afirma Gerson Camata, os abusos que se cometem ainda são excessivos. «Temos o exemplo do Winstrol que só pode circular em hospitais, conforme decreto do Ministro Almeida Machado, e que o produto causa nanismo, e

agora está sendo vendido livremente nas farmácias».

Ao defender a unificação de órgãos como SUNAB, INPM, CIP e outros, o deputado sugere a variação do SPDC - Serviço Federal de Defesa do Consumidor ou Ministério do Consumo, porque os órgãos que estão distribuídos em Vários Ministérios exercem funções conflitantes, como a de estimular e fiscalizar ao mesmo tempo.

Estes órgãos, segundo o parlamentar são tão desconhecidos do público e onerosos ao Estado que vale registrar algumas incorrências: «há casos de dois fiscais dirigirem-se a uma padaria: um para verificar o peso do pão e outro para ver se a balança estava certa». «Comentou o deputado, que o primeiro fiscal poderia fazer as duas fiscalizações, enquanto dois funcionários cobrem o mesmo setor há outras áreas des-cobertas».

Enfatiza ainda o deputado que, «quando desenvolvemos estudos acerca de obrigatoriedade da descrição dos componentes e aditivos químicos nos medicamentos e alimentos industrializados, havíamos constatado que em São Paulo estavam sendo vendidos sorvetes coloridos à base de bula de petróleo, proibidos em todos os países do mundo, menos no Brasil. Este projeto, afirma Gerson Camata, obriga a descrição do adocante, corante e aromatizante do produto, que em geral é descrito através de códigos quase invisíveis. A excocola, por exemplo, utiliza um produto químico prejudicial a cálcificação dos ossos das crianças, vivei apenas com o microscópio, na sua tampa».

O grande problema, de acordo com o deputado, é que o consumidor nunca sabe onde reclamar a legislação que protege e continua, então sei se por acaso ou propositalmente. Quando o cliente encontra uma lata de sardinha deteriorada em uma prateleira, deve dirigir-se ao Ministério da Saúde, mas se for encontrada no depósito do supermercado deve reclamar ao Ministério da Agricultura.

VALDIA MARIA DE QUEIROZ

Igreja não quer PC na legalidade

A Igreja não tem qualquer preconceito contra os líderes comunistas que, beneficiados pela anistia, retornaram ao país e procuram agora retomar uma atividade política que venha contribuir para a redemocratização da vida brasileira. Isso não significa, porém, que a Igreja como um todo possua um relacionamento com os comunistas e seja favorável à legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois, entre outros aspectos, os princípios que norteiam a ação desse partido entram em choque com os princípios pregados pelo cristianismo. Esta é em resumo a posição da instituição com relação à volta dos dirigentes do PCB e à sua reentrada no cenário político brasileiro, na versão de uma das autoridades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o seu secretário-geral, Dom Luciano Mendes.

"A Igreja - afirma o secretário-geral da CNBB - não pode defender o ateísmo, o materialismo, que o sistema comunista prega. Isto não quer dizer - ressalva - que nós, religiosos, não respeitamos o pensamento daqueles que politicamente optaram pelo comunismo. Não concordamos, isto sim, com as suas concepções; o que é diferente".

Ressaltando que a Igreja não cabe decidir de se deve ou

não permitir a legalização do PCB - "isso é tarefa do governo e políticos" - Dom Luciano diz como a Igreja está encarando o processo político brasileiro concentrado principalmente na reformulação partidária ora em curso e fala, sobre a opinião da instituição a respeito da atuação e aspiração dos comunistas que querem ter o seu partido na legalidade:

"A Igreja, como a nação brasileira, quer a volta de democracia em sua plenitude. Não poderíamos ter outra posição. Nós desejamos um convívio político que seja de fato democrático. Para tanto, os partidos que vieram a surgir devem, no nosso entender, basear a sua ação nas exigências fundamentais da dignidade humana. Os seus programas devem levar em conta as boas regras do convívio comunitário, aspectos essenciais para um partido que se quer verdadeiramente democrático."

TOTALITARISMO

Indagado se o comunismo não leva em consideração tais pontos em sua atuação política, o secretário-geral da CNBB responde que em sua essência, o comunismo é um sistema que se baseia no to-

talitarismo, "a face oposta à democracia".

"Portanto - afirma - não creio que o comunismo, em sua histórica acepção, possua um conteúdo democrático. O partido comunista quando alcança o poder não admite, por princípios históricos, a existência de outras agremiações. Isso não pode ser considerado democrático. Repito que a Igreja não cabe julgar aqueles que pregam o comunismo como o sistema político ideal para um país. O que a Igreja não admite, pelos preceitos que a orientam, é que os que defendem princípios totalitários queiram através de um instrumento legal, no caso um partido, fazer vingar seus conceitos também sobre outros."

No seu entender, os líderes do PCB estão em seu papel na atual conjuntura política porque passa o país, ao lutarem pela legalização de seu partido. "O que queremos não é a democracia?", indaga. E conclui: "Não defendemos a legalização do PCB, não estamos juntos com os líderes comunistas nessa luta, que é deles e de seus simpatizantes. Nossa posição, como religiosos, está inspirada no Evangelho, nos princípios cristãos".

EXPEDIENTE

CAMPUS

JORNAL-LABORATORIO
UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO N° 25
AGOSTO 1979

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Periódico I" "Edição Jornalística" e "Paginação de Comunicação". Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Turma A.

Roberto Campos Nogueira
Aurea Lúcia Maria Queiroz
Gioconda Caputo Guedes
Sandra Maria Quinta Dona Sol
Maria Aparecida G. Fernandes
Carmencita Rodrigues de Deus
Margareth Tieko Miyazaki
Nelia Silvia M. de Oliveira
Adriano Machado Lafeta
José Raimundo Sampaio de Jesus
Maria Cristina Cortes
José Carlos S. Seixas
Luiz Domingos Belotti
Ana Lucia Matta de Almeida
Alexandre de A. Mascarenhas
Romerito Valle de Aquino
Alfredo Campos Mendonça
Janine Souza Lins
Maria Teresa Fiuzza dos Santos
Teresa Cristina dos S. Pimenta
Carlos Roberto Campetti
José de Lima da Paz
Miriam de Almeida L. Netto
Antonio Carlos Belarmino Lago
Andréa da Silva Valente

DETUR fracassa no lazer mas quer sucesso no Natal

O Departamento de Turismo do Distrito Federal espera transformar Brasília na Capital Brasileira do natal mesmo depois de ter fracassado na tentativa de conscientizar o brasiliense das opções de lazer da cidade e de fazer de Brasília uma cidade consolidada social e culturalmente através do Projeto Viva e Conviva. Assim, o Departamento de Turismo do GDF, sem conseguir que a população veja Brasília como uma «Cidade Viva», agora prepara um projeto para que o Natal seja o grande acontecimento do ano.

O Projeto Viva e Conviva, que teve início no último dia 10 de novembro e cujo término está previsto para o dia 24 de fevereiro, já sofreu dois reveses: a repercussão negativa nas cidades-satélites logo no primeiro dia e o cancelamento da segunda programação, que aconteceria nos dias 17 e 18 de novembro.

VIVA E CONVIVA FALHA

O resultado negativo da apresentação do Coral da

Eletronorte em Sobradinho, um dos programas do Projeto, pode ser atribuído à falta de divulgação e ao fato da apresentação ter sido feita no Sodeso e não num local aberto. No caso de Brazlândia outra cidade-satélite incluída no Projeto do DETUR, a situação foi pior, porque a população ficou esperando pelos Dragões da Independência, que não compareceram. Segundo fonte do DETUR, isto aconteceu, porque os «últimos acertos» só foram feitos na véspera.

Talvez a boa repercussão que teve a exibição do Clube do Choro na SQS 303 tenha sido resultado da definição prévia do local e da boa divulgação na quadra. Aliás o calendário de eventos do Projeto Viva e Conviva não traz os locais onde serão realizadas as programações das cidades-satélites, mas prevê as superquadras onde serão realizados os eventos no Plano Piloto.

Os corais, os blocos de samba, os grupos folclóricos e as bandas se apresentarão em Taguatinga, Brazlândia,

Planaltina, Cruzeiro Novo e Velho, Guarã I e II, Núcleo Bandeirante, Gama e Ceilândia. No Plano Piloto, são as seguintes as superquadras constantes da programação: na Asa Sul, SQS 303, 108, 116/316 e 408/409; na Asa Norte, SQN 312, 402 e 703/704.

Por fim, chegou-se a cancelar a programação dos dias 17 e 18, porque o Departamento de Turismo do GDF decidiu voltar sua atenção para o Natal de Brasília. Para a transformação das festas de fim de ano no grande acontecimento da cidade, estão trabalhando conjuntamente a Associação Comercial do Distrito Federal, o Clube dos Diretores Lojistas e o DETUR.

AGORA, O NATAL

O objetivo do projeto é fazer com que Brasília, a exemplo de outras cidades, tenha uma festa tradicional. Deste modo, pretende-se incentivar a população a ornamentar as quadras, os blocos, as árvores

em frente às suas casas e a trazer parentes e amigos para passar o natal em Brasília. Além disso, não mais será feita a ornamentação da W/3 como em outros anos, mas haverá uma ornamentação especial na Esplanada dos Ministérios, incluindo as duas Casas do Congresso.

A idéia é iluminar os dois pratos do Congresso e colocar dez fios de lâmpadas saindo de cada Ministério e caindo sobre o gramado central, numa réplica da réstia da estrela-guia que levou os Três Reis Magnos a Jesus.

A campanha de natal inclui também jingles, shows no Ginásio de Esportes e prêmios simbólicos para as ornamentações de quadras, blocos e hotéis mais bonitas. Resta saber se a repercussão negativa que está tendo o projeto Viva e Conviva não vai prejudicar o projeto do Natal que coloca a população como responsável pelo sucesso da festa.

Teresa Cristina Pimenta

Logosofia investe na área de ensino

À primeira vista é uma casa como qualquer outra da quadra 715 Sul, com jardim e portão envidraçado. Mas, ao entrar, o visitante logo percebe, pelas cadeiras de braço enfileiradas em forma de semicírculo na sala, que a casa se parece mais com uma escola que propriamente uma residência.

De fato, a sala de visitas é, na verdade, uma das salas de aula de mais um Centro de Estudos da Fundação Logosofia do Brasil. Ali na casa 78 do bloco E, os logosofos passam suas tardes de sábado estudando os princípios da Logosofia, doutrina mista de ética e de filosofia que prega a libertação do homem através de um processo de evolução consciente.

Os estudiosos da logosofia acreditam, principalmente, que

através do autoconhecimento o homem será capaz de dar às coisas que vive de uma forma inteligentemente, saindo do «ostracismo mental e psicológico em que se encontra». E para que este conhecimento de si próprio seja perfeito ele deve organizar seus sistemas mental, sensível e instintivo e diminuir estes elementos.

Depois, aliado ao conhecimento do mundo mental transcendente ou metafísico, origem de todas as idéias e pensamentos, o estudioso também deve se empenhar em edificar uma nova vida e um destino melhor. Para um logosofa a concepção logosofica é única, pois «difere de toda outra concepção filosófica, pela originalidade de seus postulados que oferecem resoluções concretas para as inquietudes humanas».

Fundada em 1930 pelo argentino Carlos Bernardo Pecotche, falecido em 1963, a Logosofia chegou ao Brasil em 1935. Hoje a Fundação Logosofica, entidade criada em 1961 para divulgar a doutrina, mantém filiais em quatro capitais brasileiras, além de Centros de Estudos (Brasília é um deles) e Centros de Difusão e Informação em outras dez cidades. No exterior, além da Argentina, seu país de origem, ela atingiu o Uruguai, o Paraguai e o México.

Apesar de ser considerada entidade de utilidade pública e de fins filantrópicos, a Fundação Logosofica, no entanto, mantém editora própria que publica o periódico «Evolução Consciente» além de editar a literatura escrita por Carlos Pecotche, que são livros «fundamentais para o estudo da Logosofia».

Em Brasília, a sede definitiva está sendo construída na entrequadra 704/705 Norte, onde também funcionará um colégio para 1º e 2º graus orientado pela pedagogia logosofica, aplicável ao ensino. Por sinal, um dos grandes objetivos da Logosofia é «o domínio profundo das funções de estudar, apreender, ensinar, de pensar e de realizar».

«A idade para se começar a estudar Logosofia é aquela em que o indivíduo ainda está disposto a fazer mudanças», disse um estudante da doutrina. «Aqui ninguém se considera professor, somos todos alunos», acrescentou. No entanto, a organização também mantém níveis de aprendizado para crianças e adolescentes.

Maria Aparecida Fernandes

Câmbio negro rende mais que caderneta

A diferença entre as cotações do dólar no câmbio oficial e no câmbio negro tende a continuar crescendo, pelo menos até janeiro, quando se saberá definitivamente que fórmula substituirá o depósito compulsório. Esta é a opinião do professor Dércio Munhoz, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Ele acredita que os principais responsáveis por essa agitação no mercado paralelo de dólares são a procura especulativa e o turismo.

O professor Munhoz, explicou que o ritmo mais rápido da desvalorização cambial a partir de agosto deste ano, mesmo considerando o aumento sazonal no mês anterior ao início dos períodos de férias, fez da compra e venda de dólares um negócio bem mais lucrativo que outros investimentos como por exemplo a Caderneta de Poupança. Essa mudança de interesse no mercado de moeda e conseqüente corrida em busca de dólares certamente reduziu sua oferta e por conseqüência aumentou seu preço.

Também é possível que o anúncio da queda do depósito compulsório tenha ocasionado o crescimento da procura de dólares no mercado paralelo, principalmente por aqueles que já estão pretendendo viajar no próximo ano.

Porém, já se fala em uma baixa do preço do dólar no câmbio negro.

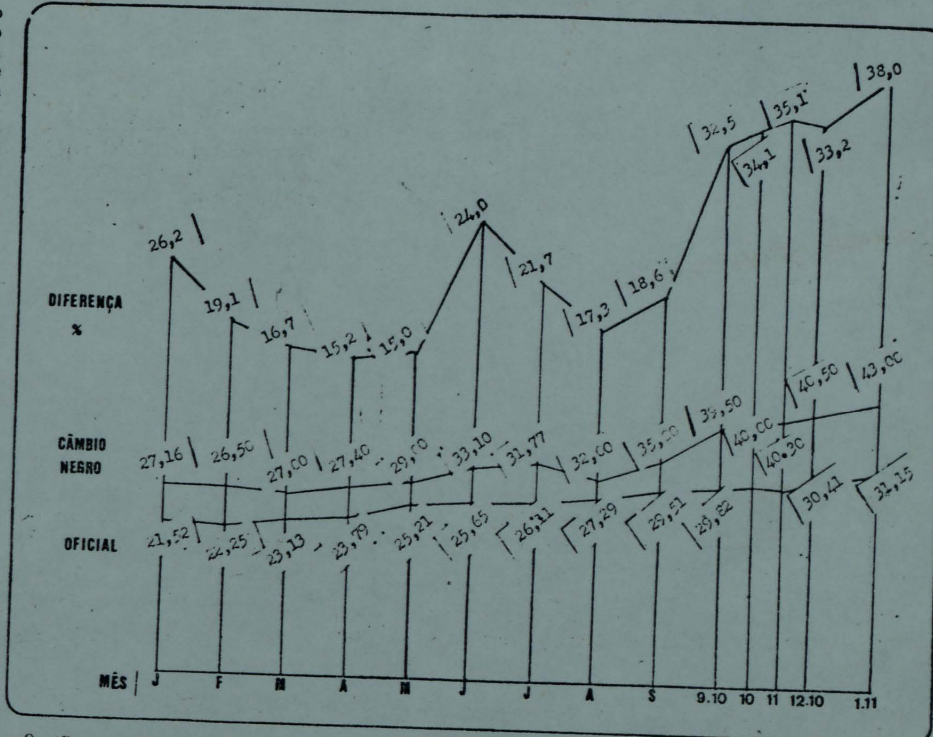
Para Dércio Munhoz, dependendo da decisão governamental para o problema do depósito compulsório é provável que haja uma desova de

dólares no mercado e novamente um aumento de oferta. Para ele a repressão ao contrabando de café anunciada recentemente pelo ministro

Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, como fator de redução da oferta de dólares no Câmbio negro pouco está inflando, porque está

sendo aplicada não só para o contrabando do Brasil para o exterior como de fora para dentro do país.

Maria Aparecida Fernandes



O gráfico — montado com dados da revista Veja e do Departamento de Economia da UnB — mostra que o crescente aumento do dólar registrado no câmbio negro a partir de outubro, época em que se anunciou a queda do depósito compulsório, não corresponde às variações que normalmente ocorrem no mês imediatamente anterior ao mês de férias; além disso, indica uma diferença percentual muito mais elevada mesmo comparando com o mês de janeiro e o mês de junho.

Sociólogos ainda aguardam aprovação pelo Senado

Aprovado em Outubro na Câmara, o projeto de lei que regulamenta a profissão de sociólogo está agora no Senado, onde será apreciado por quatro comissões e, se sofrer alterações, voltará à Câmara para nova apreciação. Para que isto não aconteça, professores, alunos e profissionais já entraram em contato com os senadores e terão ainda uma entrevista com o líder da maioria no Senado, Jarbas Passarinho.

Há muito tempo os sociólogos aguardavam a regulamentação de sua profissão e por isso acompanharam com muito interesse a votação do atual projeto, substitutivo ao projeto de autoria do ex-deputado e atual prefeito de Campinas Francisco Amaral. Aliás, a participação dos profissionais e estudantes nas galerias do plenário da Câmara durante a votação foi tão ruidosa que por pouco não prejudicou sua aprovação, pois os aplausos eram dirigidos somente aos parlamentares da oposição, o que não agradou a seus colegas da Arena que cogitaram

até do boicote ao projeto que tramita na Câmara desde 1971.

Fernando Correa Dias, professor de Sociologia da Universidade de Brasília acredita que o projeto nunca esteve tão perto da aprovação e explica que o substitutivo ao projeto de Francisco Amaral que foi aprovado na Câmara segue quase na íntegra um anteprojeto aprovado pelo Congresso Nacional dos Sociólogos realizado em Belo Horizonte.

O professor, que desde 61 acompanha a regulamentação da profissão, acredita que o texto atual é o mais adequado tanto na fixação das áreas específicas de trabalho do sociólogo quanto na fixação dos direitos da categoria, que são reconhecidos de fato, pois muitos setores do serviço público admitem sociólogos em equipes interdisciplinares, com atribuições fixadas em textos elaborados pelo DASP e pelo Ministério do Trabalho. O reconhecimento legal é uma necessidade para sanar esta contradição. Além disto, afirmou o professor, esta

legislação vai contribuir para consolidar uma consciência profissional na categoria, na qual entram o aspecto da competência técnica e a capacidade crítica.

Outra vantagem do projeto apontada por Fernando é que, com a definição do perfil do sociólogo do ponto de vista legal, supõe-se que lhe seja dada uma formação adequada para suas atribuições através da melhoria do ensino e do aprimoramento dos cursos, atraindo assim maior número de alunos com aptidões mais definidas e provavelmente em maior quantidade.

Indagado sobre o preconceito existente em relação à profissão (até algum tempo os sociólogos eram rotulados de comunistas), o professor afirmou acreditar que isto se deve à ignorância existente quanto à verdadeira importância do trabalho do pesquisador, fixando-se o preconceito apenas no caráter crítico da reflexão sociológica, em geral mal compreendido. Há uma tendência para não perceber as contribuições

efetivas do sociólogo, por exemplo, no campo da política social.

Fernando Correa Dias espera que o projeto seja aprovado e sancionado pelo Presidente da República até o final do ano. Esta não é a opinião de Bruno Bormann Zero vice-presidente da Associação dos Sociólogos de Brasília e aluno do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília que também acompanhou a votação do projeto na Câmara e acha difícil a aprovação pelo Senado ainda este ano, visto que em breve começará o recesso parlamentar, mas acredita que até o fim do primeiro semestre de 80, o projeto será aprovado.

Bruno, representando a Associação dos Sociólogos em comissões de alunos, tem mantido contato com parlamentares de ambos os partidos e acredita que a aprovação pelo Senado será mais fácil que a aprovação pela Câmara. Afirmou ainda que o atual projeto tem aprovação de todas as entidades da classe, com exceção da Associação dos Sociólogos de São Paulo que ainda não assumiu posição a respeito.